

Covid-19: especialistas discutem ações efetivas para enfrentamento da violência contra a mulher

Para a representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil, Junia Quiroga, a pandemia de COVID-19 acirra as desigualdades de gênero. “Sabemos que os surtos de doenças afetam mulheres e homens de maneiras diferentes, e as pandemias tornam mais agudas as condições que determinam desigualdades desfavoráveis a mulheres e meninas.”

[\(ONU, 12/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

“Com a suspensão de serviços ou maior dificuldade de acesso de estruturas institucionais e comunitárias que protegem mulheres e meninas, medidas de proteção específicas devem ser implementadas”, disse.

A Associação Brasileira de Estudos Populacionais e o [Fundo de População das Nações Unidas](#) realizaram na quarta-feira (6) a segunda edição da série de webinários População e Desenvolvimento em Debate. Especialistas discutiram violência baseada em gênero no contexto da COVID-19.

Com o tema “Violência de gênero e a COVID-19: evidências, vigilância e atenção”, cerca de 300 pessoas acompanharam a discussão com transmissão ao vivo do canal do [UNFPA Brasil no Youtube](#), que teve como palestrantes Jackeline Romio, demógrafa e associada a Associação Brasileira de estudos Populacionais; Jacqueline Pitanguy, socióloga e coordenadora executiva da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA); e Julieta Palmeira, secretária estadual de políticas para as mulheres da Bahia.

O encontro também teve a apresentação e facilitação da representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, Junia Quiroga.

Para Quiroga, este período de pandemia de COVID-19 acirra as desigualdades de gênero. “Sabemos que os surtos de doenças afetam mulheres e homens de maneiras diferentes, e as pandemias tornam mais agudas as condições que determinam desigualdades desfavoráveis a mulheres e meninas.”

“Com a suspensão de serviços ou maior dificuldade de acesso de estruturas institucionais e comunitárias que protegem mulheres e meninas, medidas de proteção específicas devem ser implementadas”, disse.

Para a socióloga Jacqueline Pitanguy, a pandemia exige medidas urgentes. “Diante deste fenômeno que se agudiza pela COVID-19, há uma demanda de ações imediatas e urgentes, porque ela tem crescido exponencialmente.”

“A luta sobre a violência contra as mulheres não se circunscreve apenas a violência física, sexual e psicológica cometidas pelos agressores, mas ela necessariamente engloba a transformação da estrutura de políticas públicas.”

A pesquisadora Jackeline Romio aponta que os desafios são ainda maiores para comunidades tradicionais em contexto da pandemia.

“A combinação de fatores relacionados a pobreza, racismo, machismo estrutural, além das desigualdades nas condições dos povos nos vários territórios indígenas e quilombolas tornam o desafio ainda mais desastroso, pois não contam com muitas políticas que possam barrar a intensidade de mortes.”

Como ação efetiva de proteção às mulheres, a secretária estadual de políticas para as mulheres da Bahia, Julieta Palmeira, propôs políticas de Estado elaboradas junto com a sociedade.

“É preciso unir governo e sociedade para enfrentar esse desafio, pois não se trata apenas de iniciativas que tenham a intenção de punir agressores, mas também para que possa proteger efetivamente as mulheres. Cada mulher que morre, é uma falha do Estado na proteção efetiva delas”, conclui Julieta Palmeira.

A cada semana, a série “População e Desenvolvimento em Debate” promovida por UNFPA e ABEP realizará discussões entre academia, governo e sociedade civil sobre temas emergentes na Agenda de População e Desenvolvimento aliado ao contexto atual. Na próxima edição, o webinar vai abordar o tema: COVID-19 e a pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

Mulheres e indígenas estão entre os mais socialmente afetados pela Covid-19 na América Latina

[\(Reuters, 12/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

SANTIAGO (Reuters) - A desigualdade enfrentada por mulheres, indígenas e descendentes de africanos, além de trabalhadores informais e migrantes, fará deles os grupos mais afetados pelo impacto socioeconômico do coronavírus na América Latina, afirmou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nesta terça-feira.

Em um relatório para analisar os traços da pandemia na região, a agência das Organizações das Nações Unidas (ONU) disse que a desigualdade em questões como acesso à água, saneamento, sistema de saúde e moradia também pode traduzir-se em maiores taxas de infecção e morte entre a população mais vulnerável.

“Os diferentes impactos socioeconômicos refletem a matriz da desigualdade social na região”, afirma o relatório. Essas desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e migratórias, entre outras, “acumulam, aprimoram e

interagem entre si, causando múltiplas discriminações”.

De acordo com o relatório, “as mulheres encontram-se em uma situação particularmente vulnerável” devido a condições de trabalho são mais precárias, com maiores taxas de informalidade. Portanto “elas estão mais expostas ao risco de desemprego”.

Entre elas, as trabalhadoras domésticas (11,4% das mulheres empregadas) estão em uma situação mais complexa, com acesso limitado à seguridade social. Muitas dessas mulheres são migrantes, indígenas ou afrodescendentes, segundo a agência.

Mas, em geral, para as mulheres, o panorama torna-se mais complexo com as medidas de confinamento adotadas para conter infecções, o fechamento de escolas e a perspectiva de que elas querem cuidar de possíveis pessoas infectadas em casa.

“A carga do trabalho doméstico não remunerado assumido por mulheres, adolescentes e meninas, bem como os casos de violência contra elas, aumentam significativamente”, alertou a Cepal.

Segundo uma contagem da Reuters baseada em dados oficiais, a América Latina tem mais de 369 mil infecções e já ultrapassou 20 mil mortes pelo coronavírus.

Por Natalia Ramos

ONU Mulheres divulga chamado para apoio aos povos indígenas

na resposta à COVID-19

Declaração do Grupo de Apoio Interinstitucional das Nações Unidas (IASG) sobre Questões Indígenas recomenda incluir mulheres e pessoas indígenas nas decisões sobre a resposta à pandemia Covid-19

[\(ONU Mulheres, 05/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Em uma [declaração à luz da pandemia do COVID-19](#), o Grupo de Apoio Interinstitucional das Nações Unidas (IASG) sobre Questões Indígenas incluiu as necessidades e contribuições dos povos indígenas nos esforços de resposta em todo o mundo.

À medida que o COVID-19 se espalha por diferentes áreas do mundo, a pandemia está agravando a situação precária em que muitos povos indígenas já se encontravam. Os povos indígenas têm três vezes mais chances de viver em extrema pobreza, dificultando a compra e o armazenamento de alimentos ou a manutenção de si mesmos enquanto não conseguem trabalhar.

Os povos indígenas também enfrentam acesso limitado a serviços de saúde de qualidade e culturalmente acessíveis, limitando suas capacidades para testar e identificar casos de infecção ou tratar aquelas pessoas que podem ser infectadas. A falta de reconhecimento de milhões de povos indígenas em alguns países também pode impedi-los de acessar serviços públicos básicos e pacotes de compensação econômica.

As mulheres indígenas correm o risco de ser desproporcionalmente impactadas devido ao seu papel de destaque na economia informal e como prestadoras de cuidados. No entanto, elas também são parceiras indispensáveis no combate à pandemia.

Na declaração recentemente publicada, o Grupo de Apoio Interinstitucional (IASG) sobre Questões Indígenas apela para inclusão de mulheres e pessoas indígenas nas decisões sobre a resposta à pandemia Covid-19:

- garantindo que as mulheres indígenas se beneficiem igualmente das intervenções de proteção social e estímulo e sejam consideradas em medidas

para mitigar o impacto socioeconômico da pandemia.

- prevenindo e respondendo à violência que está aumentando em razão das políticas de distanciamento social;

- garantindo que os sistemas de saúde já sobrecarregados não resultem em uma escalada das taxas alarmantes de mortalidade materna existentes entre mulheres, meninas e adolescentes indígenas.

Leia a declaração completa do IASG [aqui](#) e as orientações da ONU Mulheres sobre mulheres indígenas e o Fundo de Multiparceria [aqui](#)

Globo, GNT e ONU Mulheres reforçam mensagem de combate à violência contra as mulheres no período de isolamento social

Campanha de conscientização, realizada em conjunto com a ONU Mulheres, começa dia 1º de maio com chamadas especiais durante a programação na TV

[\(ONU Mulheres, 01/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Quem é você no isolamento social? A campanha chama a atenção para a contribuição de todos nesse combate, pedindo que os vizinhos e as vizinhas fiquem atentos aos sinais. A partir do dia 1º de maio de 2020, as chamadas exibidas durante os intervalos de programação do GNT e da Globo, destacam a maior exposição e vulnerabilidade da mulher durante o período de isolamento social, provocado pela pandemia do Covid-19. Os filmes ressaltam que durante o isolamento, a vítima tem suas ferramentas de denúncia

limitadas devido à vigilância constante do agressor. Neste momento, vizinhos, vizinhas e pessoas próximas se tornam os grandes aliados e aliadas.

“Estamos vivendo um momento de bastante fragilidade da nossa sociedade, mas também de uma percepção enorme de mais solidariedade entre todos. No mundo todo, e não apenas no Brasil, os casos de violência doméstica tem crescido barbaramente. É ainda mais urgente que, em um período como esse, a gente reforce essa mensagem e convoque toda a sociedade para combater essa causa. Pedimos ajuda para que toda a população que fique atenta aos sinais vindos dos lares vizinhos. Porque, nesse caso, se meter na relação entre marido e mulher pode salvar vidas”, defende Fabiana Gabriel, gerente de marketing e digital do GNT, VIVA, e mais Globosat.

Para a representante da ONU Mulheres Brasil, Anastasia Divinskaya, “a campanha é fundamental para aumentar a consciência pública sobre a violência contra as mulheres e evitar aumento de casos durante a fase de isolamento social. Em diferentes partes do mundo, a pandemia Covid-19 se desenvolve junto com a pandemia da violência contra as mulheres. A mídia tem papel fundamental a cumprir, porque o Brasil é um dos países latino-americanos que mais concentra violência doméstica e familiar. A hora de agir e apoiar as mulheres é agora”.

A campanha se desdobrará em peças de divulgação no YouTube, Facebook e Instagram, e em outras etapas que preveem conteúdos educativos nas redes sociais do GNT e de marcas parceiras, programas especiais para amplificar o debate com a audiência, entre outras ações. No dia 18 de maio, Dia Nacional do Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, o GNT exibe o DOC “Um Crime Entre Nós” à meia-noite. Ainda em maio, o “Papo de Segunda” (18) e o “Saia Justa” também irão debater o tema e dar luz à campanha.

Veja quando faz diferença ter uma mulher no combate ao coronavírus

Líderes tendem a agir rápido para priorizar pessoas e reduzir maior vulnerabilidade feminina, diz especialista da OCD

[\(Folha de S.Paulo, 26/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Faz diferença ter uma mulher à frente do governo durante a [pandemia de coronavírus](#)? Não, se o critério for números. Por vários outros motivos, a resposta pode ser sim.

Começando pelos números, não dá para dizer que elas se saiam melhor em relação ao indicador que melhor traduz os danos do coronavírus: a taxa de mortes em relação à população.

É uma mulher, Sophie Vilmès, a primeira-ministra da Bélgica, que até este domingo (26) registrava 61,2 mortos por 100 mil habitantes —[recorde entre populações maiores que 1 milhão de habitantes](#).

Mas à frente de 2 dos 18 países com nenhuma morte até agora, a Namíbia e o Nepal, estão a primeira-ministra Saara Kuugongelwa e a presidente Bidhya Devi Bhandari, chefe de Estado do governo parlamentarista nepalês.

Das 195 nações acima de 1 milhão de habitantes, 22 (11%) têm chefe de governo, chefe de Estado ou membro de governo colegiado do sexo feminino. Em quase um terço (7) delas, a taxa de letalidade supera a média (2,9 mortos/100 mil habitantes), nos 174 de chefia exclusivamente masculina, 10% estão acima da média.

Cruzar sexo do governante com impacto letal do coronavírus não quer dizer nada, porém. Para começar, não há segurança sobre os dados divulgados até agora. Nem todo governo tem estrutura de coleta, e [os critérios de divulgação variam](#).

Mesmo que fossem exatos e comparáveis, os índices brutos diriam pouco. Os países estão em estágios diferentes da pandemia, suas populações têm parcelas diversas de velhos, desnutridos e doentes, seus sistemas de saúde têm mais ou menos hospitais, UTIs, testes, médicos, enfermeiros, e seus cofres públicos, mais ou menos dinheiro para socorrer a população.

Tudo isso afeta a mortalidade diretamente, o que já não se pode dizer do número de cromossomos X de quem está no volante.

Se as estatísticas são inconclusivas, o que tem chamado a atenção para essas líderes durante a pandemia é a atitude de algumas delas. “Também tenho vontade de abraçar meus amigos”, disse em março, a primeira-ministra norueguesa, Erna Solberg, depois de fechar creches e escolas em todo o país e decretar quarentena.

Não era um discurso na TV, mas uma [seção de respostas a perguntas infantis](#).

“Por causa do coronavírus, a vida no dia a dia ficou muito diferente, e muitas crianças acham isso assustador. É ok sentir medo quando tantas coisas grandes acontecem ao mesmo tempo”, disse ela aos entrevistadores-mirins, que queriam saber se ficariam sem festa no aniversário e quanto tempo leva para aprontar uma vacina.

Sua vizinha dinamarquesa, a premiê [Mette Frederiksen](#), também conversou com os pequenos, mas fez mais sucesso com um [vídeo em que lavava louças cantando um hit](#) do pop escandinavo, a música “Vågner I natten” (acordando à noite), do grupo by Dodo and the Dodos.

Do outro lado do planeta, a [premiê da Nova Zelândia](#), Jacinda Ardern, avisou às crianças que o [coelhinho da Páscoa e a Fada dos Dentes](#) estavam muito ocupados com suas famílias durante a quarentena e talvez não pudessem aparecer neste ano.

O que as três manifestações têm em comum, além de percorrerem o noticiário de todo o mundo, é o que poderia ser chamado de [orientação para pessoas](#) (cujas traduções, no mundo doméstico, é cuidado maternal).

Não é exclusividade das mulheres, mas faz parte do universo cultural no qual elas são criadas e pode afetar a forma como se expressam como líderes, afirma Gabriela Ramos, chefe de equipe da OCDE, que [coordenou há uma semana um documento sobre o impacto da pandemia nas mulheres](#).

Não se trata apenas de doçura ou empatia, mas de decisão, diz Gabriela: “Pela forma como educamos as meninas em geral, elas tendem a ser mais avessas ao risco quando a vida das pessoas está em jogo. O que vimos foi um movimento rápido para proteger a população, sem hesitar com cálculos de custo-benefício em relação à economia”.

Dinamarca, Noruega e Nova Zelândia implantaram quarentenas rigorosas num estágio inicial da pandemia, enquanto outras líderes evitaram os confinamentos, mas agiram rápido. Na ilha caribenha de São Martinho, com pouco mais de 40 mil habitantes e apenas duas UTIs, a primeira-ministra Silveira Jacobs fez outro [discurso que atraiu likes na internet](#), no qual pede de forma enérgica que seus cidadãos adotem o isolamento: “Pare de se mexer. Se na sua casa não tem o pão de que você gosta, coma biscoitos. Coma cereais. Coma aveia. Coma...sardinha”.

Finlândia e Taiwan são outros países que mantiveram a mortalidade em níveis baixos sem impôr o confinamento, e suas chefes de governo entraram nas listas de exemplos de como líderes mulheres pareciam atuar melhor contra o coronavírus.

Mas elas não atuaram sozinhas. Ao lado da presidente taiwanesa, Tsai Ingwen, estava seu vice, Chen Chien-Jen, que é epidemiologista, e a estrutura de um centro de combate a pandemias criado no país como resposta ao surto de Sars, em 2003.

A parceria poderia ter a mão inversa, como na Coreia do Sul, onde homens ocupam o topo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas a estratégia de combate ao coronavírus foi liderada pela chefe de centro de controle de doenças, Jeong Eun-kyeong, apelidada de “maior caçadora de vírus do mundo” por seus conterrâneos.

Gabriela Ramos diz que não é possível falar em um estilo feminino de liderar,

e que mulheres podem ter as mesmas falhas que homens, mas que as desigualdades de acesso à carreira política podem explicar em parte o sucesso desse grupo de dirigentes, que inclui ainda as premiês da Alemanha, Angela Merkel, e da Finlândia, Sanna Marin: “Mulheres têm que fazer o dobro do esforço e estar três vezes mais preparadas para conseguir chegar ao topo”.

O que importa, porém, mais do que o gênero do ocupante do poder, é a inclusão e a diversidade nas decisões do governo, diz a especialista em políticas públicas, principalmente quando a pandemia afeta mais duramente as mulheres em áreas como segurança, saúde e economia.

No primeiro departamento, o confinamento expõe as cidadãs à violência doméstica, cujos números explodiram em vários países. Na saúde, são mulheres 70% dos funcionários da linha de frente hospitalar e 90% dos que trabalham em asilos —maior parcela dos expostos ao contágio e dos afetados pela falta de investimento.

Quanto ao impacto econômico, trabalhadoras [têm salários menores](#), [vínculos de emprego mais frágeis](#) e, quando são autônomas, menos acesso ao crédito. “É preciso ter mulheres à mesa de decisões, não apenas por questão de justiça, mas para ampliar os pontos de vista e não deixar desatendidas as mais vulneráveis.”

Governos masculinos que se tornaram referência no combate à violência doméstica, como Espanha, França, Portugal e Colômbia, incluíram mulheres nas tomadas de decisão: nos dois primeiros países, as ministras da Igualdade, Irene Montero e Marlene Schiappa.

Em Portugal, uma força-tarefa: a ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, da Justiça, Francisca Van Dunem, a procuradorageral da República, Lucília Gago, e a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro. Na Colômbia, a vice-presidente Martha Lucía Ramírez Blanco decidiu que a ajuda financeira a trabalhadores afetados pela pandemia será suspensa se houver denúncias de que eles cometeram violência doméstica.

Na África do Sul, o pacote de ajuda também levou em conta as necessidades femininas, segundo a diretora-executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, que organizou com Gabriela uma mesa-redonda de 20 líderes para levantar diretrizes de ação durante a pandemia.

“O custo de dar esse apoio a mulheres é uma fração do que está sendo usado para socorrer empresas aéreas”, afirma Phumzile, para quem as mulheres não podem ser vistas apenas como vítimas nesta pandemia, mas como fonte de soluções.

“Precisam ser projetadas publicamente como parte dos que estão fazendo os diagnósticos e encontrando saídas.” Um dos obstáculos é justamente a falta de representação. [Na enfermagem](#), mulheres são 90% dos profissionais, mas apenas um quarto dos chefes, mostrou relatório recente da ONU.

“Não faltam mulheres na linha de sucessão, mas elas não chegam aos cargos e não estão tomando as decisões”, diz a diretora da ONU Mulheres. E a saúde pública é uma área em que olhar abrangente é indispensável, segundo Jim Gambone, chefe do corpo docente de saúde pública da Escola de Enfermagem e Ciências da Saúde da Universidade Capella (EUA): “É uma área que engloba medicina, biologia, antropologia, políticas públicas e educação”.

A falta de pontos de vista provoca até mesmo escassez de dados que permitam analisar o impacto da pandemia sobre os gêneros, segundo Phumzile. “Sempre que há uma crise dessa natureza e magnitude, o que sai pela janela primeiro são os serviços que protegem as mulheres da pobreza.”

Uma das principais preocupações de Phumzile e Gabriela é com as mais de 70 milhões de mulheres grávidas que precisam fazer acompanhamento pré-natal ou dar à luz durante a pandemia.

“Os bebês nascerão mesmo no meio da crise [no mundo, nascem em média 11 milhões por mês, segundo a ONU]. Já não temos mais parteiras em nossas comunidades. Que solução está sendo proposta?”, pergunta Phumzile.

Ela diz que não ficará surpresa se, passada a pandemia, descobrirmos uma tragédia ainda maior em relação a doenças e mortes entre as mulheres, não

só pela falta de política específica de saúde, mas pela “pandemia silenciosa” da violência doméstica.

Por Ana Estela de Sousa Pinto

Coronavírus: ONU pede que países protejam pessoas LGBTI+ em meio à pandemia

População LGBTI+ é mais vulnerável a desfechos negativos de saúde, desemprego e falta de moradia devido à crise causada pela Covid-19, afirma a organização

[\(Celina/O Globo, 24/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

NOVA YORK - A Organização das Nações Unidas (ONU) pediu aos países que protejam as pessoas LGBTI+ contra a discriminação ao procurar assistência médica durante a [pandemia de coronavírus](#), dizendo que essa população pode hesitar em procurar serviços médicos e ser especialmente vulnerável à Covid-19.

Os membros da [comunidade LGBTI+](#) com HIV ou Aids podem ter um sistema imunológico comprometido ou uma chance maior de ficarem desabrigados que a população em geral, dificultando o distanciamento social e a higiene segura, afirmou a ONU.

“As pessoas LGBTI+ estão entre as mais vulneráveis e marginalizadas em muitas sociedades e entre as que estão mais em risco com o Covid-19”, escreveu a Alta Comissária para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, em comunicado.

“Sabemos que os esforços para combater a pandemia só funcionarão se os direitos de todos à vida e à saúde estiverem protegidos.”

As [pessoas LGBTI+ cotidianamente enfrentam estigmas](#) e discriminação quando procuram serviços de saúde, o que afeta seu acesso a cuidados de qualidade, disse a Alta Comissária da ONU.

Os esforços para deter a propagação do vírus causaram o fechamento de muitos centros de acolhimento LGBTI+ ao redor do mundo, que geralmente oferecem assistência médica.

Com os sistemas de saúde pressionados pelo coronavírus, “as decisões sobre a redução de serviços devem ser baseadas na ciência e em dados e não devem refletir preconceitos contra as pessoas LGBTI+”, ressaltou a organização.

A ONU afirma também que os países devem adotar medidas para proteger as pessoas LGBTI+ vulneráveis à violência e abuso doméstico e que vivem na pobreza durante a pandemia.

Por Thomson Reuters Foundation

‘Lente de gênero’ é necessária no combate ao coronavírus, diz representante da ONU Mulheres

Desde o final de 2019, Anastasia Divinskaya ocupa o posto no Brasil. Ao HuffPost, ela fala sobre efeitos da pandemia para as mulheres.

[\(HuffPost, 19/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Diante do surto do novo [coronavírus](#) no Brasil, é imprescindível que o governo federal esteja empenhado em barrar a contaminação, esteja alerta ao aumento de casos e que também coloque uma “lente de gênero” em suas ações.

A afirmação é de **Anastasia Divinskaya** que, desde o final de 2019, ocupa o posto de representante da ONU Mulheres no Brasil. Em entrevista por telefone ao HuffPost Brasil, ela diz que “as mulheres são, em especial, as mais afetadas pelos impactos financeiros do coronavírus.”

“No Brasil, infelizmente, há essa carga desproporcional de trabalho para as mulheres, que muitas vezes estão fora do mercado formal, sem segurança em seus empregos, à sombra da economia”, afirma, ao lembrar que elas também são maioria no sistema de saúde. “As mulheres que estão na linha de frente da resposta ao vírus precisam de suporte prioritário.”

Temos que ter um olhar sobre gênero nos gabinetes de crise, incluindo assim a dimensão das mulheres nos planos de resposta ao vírus. Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres no Brasil

Pesquisada Fiocruz aponta que o processo chamado de “feminização” da área da saúde permite “perceber o aumento da participação feminina nas faixas etárias mais jovens em profissões ligadas à saúde”. Enquanto elas representam 36% do total na área, 48% está abaixo de 29 anos.

Sobre quem está na linha de frente, de acordo com o estudo Perfil da Enfermagem, publicada pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 84,6% da equipe é feminina.

“Quando um sistema de saúde está sobrecarregado - o que é o caso do Brasil - um fardo ainda maior se coloca sobre o cuidado em casa e esse fardo está nas costas das mulheres. Temos que levar em consideração que, em algumas famílias, há uma expectativa de que a mulher tomará conta de todos seus familiares, assim como das crianças”, diz Anastasia.

Em março, logo após a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretar a pandemia do novo coronavírus, a [ONU Mulheres publicou um estudo sobre as dimensões de gênero na resposta ao vírus, em especial, na América Latina](#). O documento ressalta que “as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não remunerado, principalmente em tempos de crise” e especifica que é preciso garantir que mulheres façam parte dos comitês de decisão estabelecidos pelos países.

[No Brasil, o comitê de crise criado pelo governo de Jair Bolsonaro conta com 16 ministros](#), sendo **Damares Alves**, titular do MMFDH (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos), a única presença feminina, de acordo com o decreto que criou o colegiado.

“Temos que ter um olhar sobre gênero dentro dos gabinetes de crise, incluindo assim a dimensão das mulheres nos planos de resposta ao vírus. Assim garantimos que teremos uma questão, de fato, observada”, aponta.

No documento, a ONU também destaca a importância da produção de dados desagregados por gênero, com taxas diferenciadas de infecção sejam coletados e que é preciso que governos atendam às necessidades imediatas das mulheres que trabalham no setor da saúde.

“Não esperem. Mesmo com os dados estando incipientes, eles devem ser levados em consideração. Durante a crise, temos que garantir que os governos tenham responsabilidade sobre os dados desagregados, mas é importante olhar para eles através dessas ‘lentes de gênero’”, diz Anastasia.

Dados do Ligue 180 divulgados pelo MMFDH apontam aumento de 18% entre as denúncias de violência contra a mulher recebidas entre os dias 17 e 25 de março - período em que políticas de isolamento foram intensificadas -, comparado aos dias 1 e 16.

Detalhamento da pasta aponta que 829 denúncias foram registradas no início do mês, entre os dias 1 e 16 de março. Já entre os dias 17 e 25, foram registradas 978. Em ambos os períodos, respectivamente, o sistema notou aumento nos atendimentos em geral; de 3.045, o número de ligações subiu para 3.303, apontando aumento de 8,5%.

Natural do Quirguistão, Anastasia tem 19 anos de experiência profissional nas Nações Unidas e conversou com o HuffPost Brasil por telefone. Antes de ser designada para a representação no Brasil, no final de 2019, ela foi representante da ONU Mulheres na Ucrânia e também no Timor-Leste.

Na entrevista, ela falou sobre mulheres e coronavírus, as expectativas para as eleições municipais de 2020 e sobre os 25 anos da Conferência de Pequim - que, em 1995, lançou uma plataforma de ação considerada

visionária para agir no que diz respeito aos direitos de mulheres e meninas no mundo.

“Embora nós tenhamos, ao longo destes 25 anos, experimentado melhoras expressivas, nenhum país no mundo alcançou a totalidade da igualdade de gênero e ainda há muito trabalho a ser feito”, pontua.

Leia a entrevista completa:

HuffPost Brasil: Atualmente, o Brasil é um dos países que enfrenta uma crise tanto de saúde quanto econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus. De que forma essa crise afeta a vida das mulheres e o que é preciso fazer para minimizar danos?

Anastasia Divinskaya: A resposta para o coronavírus no Brasil é um lembrete da contribuição das mulheres brasileiras em todos os níveis - inclusive na linha de frente, como socorristas, por exemplo; como profissionais de saúde, cuidadoras, voluntárias e líderes em suas comunidades, na logística, como cientistas, como pesquisadoras e mais.

Mulheres estão nos lugares de resposta às necessidades básicas. Globalmente, as mulheres são 70% das trabalhadoras nos setores sociais e da saúde. Globalmente, as mulheres fazem três vezes mais trabalhos não remunerados do que homens.

Quando um sistema de saúde está sobrecarregado - o que é o caso do Brasil - um fardo ainda maior se coloca sobre o cuidado em casa e esse fardo está nas costas das mulheres. Temos que levar em consideração que, em algumas famílias, nas famílias tradicionais, há uma expectativa de que a mulher tomará conta de todos seus familiares, assim como das crianças.

Ainda assim, as mulheres são afetadas duramente pelos impactos financeiros do coronavírus, porque no Brasil, infelizmente, há essa carga desproporcional de trabalho para as mulheres, que muitas vezes estão fora do mercado formal, sem segurança em seus empregos, à sombra da

economia. Sem estabilidade, as mulheres não conseguem se sustentar, tampouco prover as necessidades básicas de sua família. Aqui, eu falo especificamente das domésticas. Para elas é muito difícil essa situação.

O que temos aqui no Brasil também é a possibilidade do aumento dos casos de violência doméstica e exploração sexual. Não temos os dados precisos, exatos, mas é o que está se desenhando. Temos evidências vindo de outros países, onde a epidemia começou antes, que o isolamento nos lares, as medidas de segurança e o confinamento são elementos que colaboram para o aumento do índice de casos de violência doméstica.

Como somos partes da equação, o que a ONU Mulheres recomenda como uma resposta efetiva é refletir sobre esse viés de gênero da pandemia. Nós convocamos os governos, os que tomam as decisões, ao redor do mundo, que tomem ações radicais e positivas para reduzir a constante desigualdade presente nas várias áreas da vida de uma mulher, que levem elas em consideração. Façam isso, não esperem. Mesmo com os dados estando incipientes, eles devem ser levados em consideração. Durante a crise, temos que garantir a responsabilidade sobre os dados desagregados, mas é importante olhar para eles através de lentes de gênero.

A mobilização social e o papel importante das organizações de mulheres não podem ser subestimados. E gostaria de reiterar uma mensagem: mulheres não são um grupo homogêneo. Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres no Brasil

Precisamos de dados mostrando as diferenças nas taxas de infecção, diferenças nos impactos econômicos, diferenças no fardo do cuidado. E a incidência de violência doméstica e abuso sexual no Brasil. Temos que incluir um olhar sobre gênero dentro dos gabinetes de crise, incluindo assim a dimensão do gênero nos planos de resposta à crise do coronavírus. Assim garantimos que a questão de gênero é, de fato, observada. Temos que providenciar um suporte prioritário para mulheres nas linhas de frente da resposta à pandemia. Criar um acesso melhor para profissionais da saúde e do cuidado conseguirem equipamentos de proteção pessoal. E produtos de higiene menstrual, também, por exemplo.

[Essa resposta] requer promover um arranjo de trabalho flexível para mulheres com o fardo do cuidado. Isso é ainda mais importante para áreas que já estão em quarentena - o que agora vemos na maioria das cidades no Brasil. A experiência do zika, por exemplo, mostra como organizações de mulheres, a nível comunitário, podem ter um papel decisivo nestas questões.

A mobilização social e o papel importante das organizações de mulheres não podem ser subestimados. E gostaria de reiterar uma mensagem: mulheres não são um grupo homogêneo. Então, ao fazer uma análise de gênero, ela deve vir sempre acompanhada de raça e classe. Certos grupos de mulheres na sociedade brasileira são ainda mais afetadas, ainda mais marginalizadas porque elas estão sujeitas à discriminação racial além da de gênero.

Por enquanto, ainda teremos eleições municipais no Brasil, mas fale-se em adiá-las. As mulheres são muito pouco representadas nos estados e municípios pelo País e superam uma série de dificuldades, como, por exemplo, falta de recursos para campanha. Como promover, de forma efetiva, a participação feminina na política?

Mulheres devem ser igualmente representadas na política e isso é algo que está dado, não é algo difícil de entender. Considerando a estatística de que mulheres são metade da população do Brasil, logo elas deveriam ser igualmente representadas em espaços de poder. Faz muito sentido - um sentido prático - que levemos isso em consideração e aceitar como um objetivo que temos que atingir; para isso, podemos nos nutrir dos exemplos positivos que o Brasil já teve.

A eleição para o Congresso, em 2018, nos deu alguns exemplos positivos, certo? Tivemos um aumento considerável na bancada feminina - incluindo mulheres negras, certo? A análise destes casos, destas abordagens, o que foi diferente no contexto dessas eleições parlamentares que permitiu esses sucessos, é algo que podemos nos apoiar, por um lado. Por outro, sim, não é o suficiente; mas houve, sim, uma grande mobilização, uma nova abordagem de fazer as campanhas.

A base para as ações está fornecida neste espectro de um aumento que foi construído e que vem caminhando nos últimos 25 anos. Eu não estou falando

apenas sobre cotas, mas sobre outras medidas afirmativas que incluem todo o espectro. Estas medidas afirmativas têm de ser implementadas para que nós possamos atingir uma maior representação na esfera municipal de poder.

Além disso, deve-se construir uma grande conscientização que deve ser abraçada pelos partidos políticos sobre as mulheres que estão concorrendo - eu tendo a descartar a prerrogativa de que "ah, faltam mulheres que sejam candidatas altamente qualificadas". Não é assim. Nós temos muitas delas. Estou no Brasil há pouco tempo, mas estou muito impressionada e digo com confiança: há mulheres com uma enorme capacidade política. Então, é preciso enfrentar normas sociais discriminatórias contra mulheres que concorrem a cargos públicos e encorajá-las, fazer com que elas acreditem que podem ultrapassar qualquer impedimento - tanto legal ou cultural.

Em 2020, completa-se 25 anos da conferência de Pequim. Como a ONU Mulheres avalia o desempenho dos países ao longo desses anos, tendo em vista que nenhum país conseguiu atingir as metas integralmente? Na sua avaliação, o que piorou e o que melhorou?

Embora nós tenhamos, ao longo desses 25 anos, experimentado melhoras expressivas, nenhum país no mundo alcançou a igualdade de gênero na totalidade e há muito trabalho a ser feito. Mais de 75% dos membros dos parlamentos em todo o mundo são homens. Em todos os lugares elas ainda trabalham mais horas e ganham menos, têm menos opções, são sub-representadas e sofrem violência em casa e em espaços públicos.

Esse ano, aparentemente, está sendo muito mais do que apenas a comemoração do que consideramos ser o nosso projeto piloto e o mais importante [Plataforma de Ação de Pequim]. Este também é o ano em que o movimento global das mulheres, a ONU e os estados-membros eram esperados para comemorar o vigésimo aniversário deste projeto. Nós também estávamos preparadas para comemorar o quinto aniversário das Metas de Desenvolvimento Sustentável [da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável], que joga luz sobre a igualdade de gênero. É uma frustração que esse momento coincida com a pandemia da covid-19.

O que foi a chamada “Conferência de Pequim”

Em 2020, a Conferência de Pequim completa 25 anos. A 4ª Conferência Mundial da Mulher das Nações Unidas foi realizada na China em 1995 e construiu uma plataforma de ação que, ainda hoje, é considerada visionária e progressista no que diz respeito aos direitos e o empoderamento de mulheres e meninas ao redor do mundo. O acordo firmado, como forma de orientar o que países deveriam fazer internacionalmente para combater estas mazelas, deveria ser cumprido por todos os 189 países signatários.

No evento, a “Plataforma de Ação de Pequim” estabeleceu 12 áreas fundamentais de ação para que os países lançassem seu olhar de forma estratégica: pobreza, educação, saúde, violência, economia, poder e meio ambiente. Mesmo depois de 25 anos e de pouca efetivação, ela continua sendo o modelo para o avanço da igualdade de gênero no mundo.

Em março de 2020, a Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres discutiria esforços feitos pelos países para implementar a Plataforma. Mas, devido à pandemia de coronavírus - declarada no mesmo mês - os estados membros da ONU realizaram apenas uma sessão no dia 9 de março.

Nós antecipamos a Comissão da Mulher neste ano e, por conta do coronavírus, realizamos uma única sessão e nela o secretário-geral da ONU apresentou o relatório [‘Gender Equality: Women’s rights in review 25 years after Beijing’](#) (*Equidade de Gênero: Uma revisão dos direitos das mulheres 25 anos depois de Pequim*, em tradução livre), com muitos detalhes dos pontos positivos que alcançamos neste período. Eles demonstram preocupação porque o progresso geral não foi ágil nem profundo o suficiente; e que, em algumas áreas, o progresso quase não aconteceu.

Os países-membros reconhecem que barreiras estruturais, práticas discriminatórias e feminização da pobreza persistem. Enquanto os líderes reafirmam sua vontade política para agir, eles também reconhecem que novos desafios surgiram, e que isso exige esforços que devem ser intensificados.

Por Andréa Martinelli

ONU Mulheres faz convocatória para sociedade civil participar de grupo assessor - inscrições até 20/04/2020

O escritório regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe faz uma segunda chamada para a renovação parcial de seu Grupo Assessor da Sociedade Civil (GASC) e incentiva as pessoas comprometidas com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres para que apresentem as suas candidaturas para esse processo e distribuam essa chamada entre as suas redes.

[\(Nações Unidas Brasil, 14/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O prazo para apresentação de candidaturas se encerra em 20 de abril de 2020. Dentre as sete vagas para renovação parcial, três são destinadas aos países do Cone Sul: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

O escritório regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe faz uma segunda chamada para a renovação parcial de seu Grupo Assessor da Sociedade Civil (GASC) e incentiva as pessoas comprometidas com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres para que apresentem as suas candidaturas para esse processo e distribuam essa chamada entre as suas redes.

As pessoas que apresentaram sua indicação na primeira chamada não precisam apresentar-se novamente, sua candidatura ainda é válida.

O prazo para apresentação de candidaturas se encerra em 20 de abril de 2020. Dentre as sete vagas para renovação parcial, três são destinadas aos países do Cone Sul: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Os Grupos Assessores da Sociedade Civil da ONU Mulheres (GASC) são órgãos consultivos estabelecidos nos níveis global, regional e nacional para facilitar consultas eficazes, contínuas e estruturadas entre a sociedade civil e a ONU Mulheres. Constituem um mecanismo institucional para diálogo regular entre a ONU Mulheres e lideranças do movimento feminista e organizações de mulheres sobre prioridades e questões-chave relacionadas à igualdade de gênero.

Entre seus objetivos, o GASC assessora a ONU Mulheres em políticas públicas, processos regulatórios e intergovernamentais e é um canal de consulta à sociedade civil. O GASC é composto por ativistas da sociedade civil eminentemente qualificadas e qualificados, com diversas experiências e conhecimentos sobre as áreas prioritárias da ONU para as mulheres.

Entre alguns dos requisitos, espera-se que as pessoas que se inscrevam tenham uma forte conexão com redes e organizações de mulheres ou feministas relacionadas às áreas temáticas da ONU Mulheres e ampla experiência na promoção da igualdade de gênero e direitos humanos das mulheres. Também é importante ter experiência acadêmica e de pesquisa, além de conhecimento de políticas públicas, legislação e tratados internacionais sobre igualdade de gênero. A participação é pessoal e não remunerada.

Nesta oportunidade, sete (7) pessoas serão selecionadas:

- uma (1) dos países do Caribe que não falam Espanhol;
- duas (2) do México e da América Central;
- uma (1) dos países Andinos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela);
- três (3) do Brasil e do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai).

Coronavírus: pandemia deve

aumentar a diferença salarial entre homens e mulheres

ONU Mulheres e OIT afirmam que avanços realizados pelos países nos últimos anos devem retroceder diante da crise econômica causada pela Covid-19

[\(Celina/O Globo, 31/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Os avanços globais feitos nos últimos anos em direção aos mesmos salários para homens e mulheres estão sob risco por causa da pandemia de Covid-19, alertam especialistas e ativistas pela igualdade de pagamentos. Nesse momento de crise, as [mulheres usam o tempo em que não estão trabalhando para cuidar de outras pessoas](#). Elas também são a [maioria dos trabalhadores em setores da economia que, historicamente, têm baixa remuneração](#).

No mundo, [as mulheres ganham, em média, um quinto do que ganham os homens](#) (mesmo tendo a mesma qualificação e desempenhando a mesma função). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), isso é uma consequência de fatores como maternidade, emprego em setores mal-remunerados e o peso dos estereótipos de gênero na hora da promoção. A diferença entre os pagamentos de homens e mulheres vinha sendo reduzida, mas na velocidade atual, levará cerca de 70 anos para que a paridade de gênero aconteça, diz a ONU Mulheres.

Mas, essa grave diferença salarial pode aumentar em 2020, já que as mulheres [são afetadas de maneira desproporcional pelas responsabilidades com a casa durante a quarentena](#), além de que trabalhos mal-remunerados, como os domésticos, estão desaparecendo, afirma Anita Bhatia, secretária-geral assistente e ex-diretora executiva da ONU Mulheres.

- As mulheres suportar uma grande crise. Temos homens que as apóiam, mas não em número suficiente, e realmente precisamos trabalhar nos vieses de gênero que impedem os homens de dividir as tarefas de cuidado com a casa e com outras pessoas.

Nos países que integram a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), que são majoritariamente nações europeias

desenvolvidas, a diferença salarial era de 18% em 2000 e caiu para quase 13% em 2017.

A PayScale, baseada em Seattle, afirma que a diferença de salários entre homens e mulheres no Estados Unidos diminuiu nos últimos anos, mas o [coronavírus](#) pode ter um efeito contrário, com as mulheres se afastando do mercado de trabalho.

- Há a possibilidade de revertermos a tendência facilmente - diz Sudarshan Sampath, diretor de pesquisas da empresa, que descobriu que, quando as mulheres se candidatam a um trabalho depois de um tempo fora do mercado, elas ganham, em média, 7% menos do que outros candidatos à mesma função.

A crise econômica causada pela pandemia de coronavírus pode resultar na perda de mais de 25 milhões de postos de trabalho, de acordo com a OIT. A Catalyst, uma organização sem fins lucrativos baseada nos EUA, afirma que as pesquisas mostram que quando as empresas diminuem de tamanho, a diversidade se torna secundária, com mulheres e pessoas negras sendo as mais atingidas. Tanya van Biesen, diretora da Catalyst, diz temer que os progressos feitos nas últimas décadas seja perdido porque setores como turismo e hospitalidade, que tem grande parte da força de trabalho composta por mulheres, serão gravemente atingidos.

- Tenho medo de que a crise de saúde atual e a crise econômica que virá a seguir nos fará perder os ganhos que as mulheres conquistaram no mercado de trabalho.

Para reduzir a burocracia em meio a uma crise econômica, o governo britânico liberou as empresas de apresentarem seus relatórios anuais sobre as diferenças de salários entre homens e mulheres. Mas Sam Smethers, diretor da organização sem fins lucrativos Fawcett Society, acredita que haverá um ponto positivo na crise, que é a normalização do trabalho remoto e da flexibilidade de horários.

- Precisamos redesenhar a maneira como trabalhamos. O coronavírus nos força a fazê-lo.

[No Brasil, a igualdade de salários avança a passos lentos.](#) Em 2004, as mulheres ganhavam 70% do que recebiam os homens. Em 2018, elas passaram a ganhar 79,5% do que eles ganhavam. Esse aumento é mais um resultado da maior escolaridade das mulheres do que de políticas públicas ou das empresas. As mulheres cavaram um espaço no mercado de trabalho, mesmo que ainda seja mais na área de cuidados, cuja remuneração é menor. As [medidas econômicas anunciadas pelo governo para enfrentar a crise iniciada pela pandemia](#) incluem auxílio a informais, em sua maioria mulheres, e redução de jornada.

Por O GLOBO, com agências internacionais

COVID-19 oferece oportunidades de corrigir as desigualdades na vida das mulheres, por Phumzile Mlambo-Ngcuka

Em artigo, a vice-secretária geral da ONU e diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, afirma que a COVID-19 oferece uma oportunidade de ação radical e positiva para corrigir as desigualdades de longa data em várias áreas da vida das mulheres.

[\(Nações Unidas Brasil, 30/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

“Há espaço não apenas para resistência, mas recuperação e crescimento. Peço aos governos e a todos os outros prestadores e prestadoras de serviços, incluindo o setor privado, que aproveitem a oportunidade para planejar sua resposta à COVID-19 como nunca fizeram antes - e que levem em consideração a perspectiva de gênero, construindo proativamente conhecimentos de gênero em equipes de resposta”.

Uma coisa é clara sobre a pandemia da COVID-19, à medida em que as bolsas de valores caem, as escolas e as universidades fecham, as pessoas armazenam suprimentos e a casa se torna um espaço diferente e cheio de gente: esse não é apenas um problema de saúde. É um choque profundo para nossas sociedades e economias, expondo as deficiências de acordos públicos e privados, que atualmente funcionam apenas se as mulheres desempenharem papéis múltiplos e mal pagos.

Aplaudimos os esforços dos governos que estão tomando medidas extraordinárias para impedir a propagação de infecções. E a forte liderança, desde as bases até as Chefias de Estado, fornecendo respostas bem direcionadas, da chanceler Merkel e do primeiro-ministro Solberg, que abordam as ansiedades nacionais, ao primeiro-ministro Ardern, destacando o bem-estar em suas medidas econômicas.

Com as crianças fora da escola, as mães em casa ainda podem trabalhar, mas muitas também se tornaram professoras e cuidadoras, com consequências para as pessoas anteriormente empregadas nessas funções. Para as 8,5 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas migrantes, frequentemente com contratos inseguros, a perda de renda também afeta sua família. Mulheres profissionais como a mãe sul-coreana Sung So-young relatam o dilema de precisar voltar ao escritório, mas precisar renunciar a isso para permitir o trabalho contínuo de seus parceiros e parceiras com maior salário. À medida que as escolas fecham em mais países, o número de mães que enfrentam isso em todo o mundo aumenta e as consequências se acumulam.

Em meados de março, havia 207.855 casos confirmados em 166 países, áreas ou territórios. Sem dados desagregados por sexo, no entanto, esses números nos permitem apenas perceber parte da história do impacto sobre mulheres e homens. Precisamos de muito mais dados desagregados por sexo para nos dizer como a situação está evoluindo, incluindo taxas diferentes de infecção, impactos econômicos diferenciados, carga de cuidados diferenciados e incidência de violência doméstica e abuso sexual.

Mesmo sem isso, a experiência das principais epidemias anteriores aponta para pontos fortes e vulnerabilidades específicas que podemos observar e ser pessoas proativas para salvaguardar. Onde governos ou empresas

implementam proteção à renda, isso pode facilitar esses dilemas, sustentar a renda e evitar levar as famílias à pobreza. Essa resposta também deve incluir a economia informal, onde a maioria das mulheres ganha a vida trabalhando fora de casa. Essa proteção social é mais direcionada especificamente para as mulheres.

O surto de Ebola de 2014-2016 - na Guiné, Libéria e Serra Leoa - e a epidemia de Zika 2015-2016 - na América Latina - trazem lições essenciais de saúde pública e socioeconômicas de gênero. As mulheres nesses surtos foram expostas a riscos de saúde e econômicos, como estão novamente, agora, de maneira intrinsecamente conectada com seus papéis na comunidade e responsabilidades como cuidadoras no lar e na família.

Por exemplo, as infecções por Ebola e Zika foram potencialmente catastróficas para as mulheres grávidas. Durante os dois surtos anteriores, o acesso aos serviços de planejamento familiar foi muito limitado e as mulheres grávidas e lactantes foram excluídas da vacinação contra o vírus. Isso mostra a importância da continuidade dos serviços de saúde materna para evitar o ressurgimento de mortes relacionadas ao parto, assim como o acesso igualitário das mulheres ao desenvolvimento e uso de todos os produtos médicos, incluindo vacinas uma vez que forem produzidas.

Na Libéria, 85% das pessoas comerciantes são mulheres. Seus meios de subsistência e segurança econômica sofreram com as restrições de viagens relacionadas ao Ebola, limitando o comércio e afetando bens perecíveis. Naquela época, juntamente com o Banco Central da Libéria, fomos capazes de ajudar milhares de mulheres comerciantes transfronteiriças a salvar e expandir seus negócios por meio de transferências de renda via tecnologia móvel. Isso destaca a importância de prever o papel das mulheres nas medidas de recuperação e o uso inovador da tecnologia na solução de problemas.

Este é um momento para os governos reconhecerem a enormidade da contribuição que as mulheres fazem e a precariedade de muitas. Isso inclui um foco em setores em que as mulheres são super-representadas e mal remuneradas, como pessoas assalariadas diariamente, pequenas empresárias, aquelas que trabalham nos setores de limpeza, assistência,

caixa e catering e na economia informal.

Globalmente, as mulheres representam 70% das pessoas que estão trabalhando da linha de frente no setor social e de saúde, como enfermeiras, parteiras, faxineiras e lavadeiras. Precisamos de estratégias de mitigação que visem especificamente os impactos à saúde e econômicos do surto da COVID-19 nas mulheres e que apoiem e aumentem a resiliência das mulheres, como vimos na Libéria e em outros lugares. E para tornar essas respostas bem planejadas, as mulheres devem estar totalmente engajadas em sua criação, ser beneficiárias prioritárias da ajuda e parceiras na construção de soluções a longo prazo.

Estamos aprendendo mais a cada dia com a pandemia na China. Trabalhamos em estreita colaboração com a liderança do país como parte da resposta coletiva da ONU. As campanhas conjuntas atingiram 1 bilhão de pessoas, com comunicações que aumentam a conscientização por meio de informações de saúde pública, combatem o estigma e a discriminação, refletem as necessidades específicas das mulheres, promovem a liderança e as contribuições das mulheres e desenvolvem planos de recuperação que vinculam igualdade, saúde e economia.

Estou orgulhosa que nossa equipe da ONU Mulheres está presente em todas as etapas, assegurando o acesso a informações sensíveis a gênero e colaborando com agências-irmãs como o UNFPA, que vem mobilizando apoio para mulheres grávidas e condições seguras para o parto. Também estamos trabalhando com organizações de mulheres em todo o mundo, por exemplo, com a Rohingya Refugees em Cox's Bazar (Bangladesh), onde mulheres, especialmente em ambientes altamente segregados, podem não ter informações críticas. Aqui, as mulheres se organizaram em uma rede que educa mulheres e meninas sobre como manter a segurança e evitar infecções.

Todas nós, envolvidas e envolvidos nesse esforço, seja do setor público ou privado, precisamos adotar uma abordagem coordenada e centrada nas pessoas para desenvolver rapidamente a capacidade do sistema de saúde nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, fazendo um esforço consciente para colocar as mulheres na frente. Por exemplo, criar um melhor acesso a

equipamentos de proteção individual adequados para as cuidadoras domiciliares e remover obstáculos no seu trabalho, promovendo acordos de trabalho flexíveis e garantindo o fornecimento de produtos de higiene menstrual. Essas necessidades são ainda mais importantes para áreas de isolamento social ou quarentena. O mesmo acontece com as considerações de violência de gênero que são exacerbadas por essas condições, mas podem não receber a atenção de que precisam, na tentativa de responder à pandemia.

A violência contra as mulheres já é uma pandemia em todas as sociedades, sem exceção. Todos os dias, em média, 137 mulheres são mortas por um membro de sua própria família. Também sabemos que os níveis de violência doméstica e exploração sexual aumentam quando as famílias são colocadas sob as crescentes pressões advindas de preocupações com segurança, saúde, dinheiro e condições de vida restritas e confinadas. Vemos isso frequentemente entre as populações deslocadas em campos lotados de refugiados e refugiadas; onde a violência doméstica relatada triplicou recentemente em alguns países que praticam isolamento social.

A ciberviolência também se tornou um recurso rotineiro da internet e, à medida em que as restrições de movimento aumentam os jogos on-line e o uso de salas de bate-papo, essa é uma área de vigilância para proteger as meninas. As meninas também podem intensificar seu próprio trabalho de resistência nessa área e liderar com soluções de mídia social. Na China, a hashtag #AntiDomesticViolenceDuringEpidemic decolou, ajudando a expor a violência como um risco durante o isolamento e vinculada a recursos on-line.

A COVID-19 nos oferece uma oportunidade de ação radical e positiva para corrigir as desigualdades de longa data em várias áreas da vida das mulheres. Há espaço para não apenas resistência, mas recuperação e crescimento. Peço aos governos e a todos os outros prestadores e prestadoras de serviços, incluindo o setor privado, que aproveitem a oportunidade para planejar sua resposta à COVID-19 como nunca fizeram antes e que levem em consideração totalmente a perspectiva de gênero, construindo proativamente conhecimentos de gênero em equipes de resposta. Por exemplo, incluir fundos emergentes para abrigos de mulheres,

para que esses possam oferecer apoio a mulheres que precisam escapar de relacionamentos violentos e almejam apoio econômico, hospitalidade e pequenas empresas em que as mulheres são predominantemente empregadas em contratos precários, e são mais vulneráveis à economia forçada de custos.

Tudo isso precisa de financiamento; as organizações que respondem à COVID-19 precisam de recursos para inclusão social e de gênero, e imploro a doadoras e doadores que incluam isso em seu apoio, por ser um elemento constante e fortemente positivo a ser incluído nos orçamentos de desenvolvimento e melhorando, em vez de reduzir, o apoio às medidas de igualdade de gênero. As organizações que atendem às mulheres precisam de assistência para reforçar sua resposta e se preparar para a recuperação. Isso precisa de recursos que muitas organizações não possuem. Apelamos às empresas para aumentar seu apoio às mulheres, em vez de adotar uma abordagem de austeridade. É necessária uma resposta global coordenada da magnitude que se seguiu à crise financeira, construída com uma lente de gênero e totalmente inclusiva.

Este é um momento de acerto de contas para nossos valores nacionais e pessoais e um reconhecimento da força da solidariedade para os serviços públicos e a sociedade como um todo. Esta é uma oportunidade para reconstruir sociedades melhores, mais fortes, resilientes e igualitárias. É um momento de priorização ousada. Dar os passos certos agora, de olho em um futuro restaurado, pode trazer alívio e esperança às mulheres do mundo.

Phumzile Mlambo-Ngcuka é vice-secretária geral da ONU e diretora executiva da ONU Mulheres.